



## EFEITO DIRECTO DE CADA NORMA (IAS/IFRS) NAS PRINCIPAIS RUBRICAS E INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS COMO CONSEQUÊNCIA DA ALTERAÇÃO DO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO: EVIDÊNCIA EMPÍRICA

Amélia Maria Martins Pires

[amelia@ipb.pt](mailto:amelia@ipb.pt)

Cristina Maria Amendoeira Morais

[acriscomk@gmail.com](mailto:acriscomk@gmail.com)

Instituto Politécnico de Bragança

Departamento de Economia e Gestão da ESTIG

Campus de Santa Apolónia

Apartado 134

5301-857 Bragança

### RESUMO

Este estudo foi desenvolvido com o objectivo de analisar o impacto produzido pela introdução das International Accounting Standards/ International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS) e avaliar o efeito directo de cada norma nas principais rubricas e indicadores. Para tanto, levantámos duas questões: Q1: A alteração do normativo POC/DC para as IAS/IFRS produziu alterações significativas na informação financeira das empresas? e Q2: Qual o efeito directo de cada norma nas respectivas rubricas e indicadores económico-financeiros?. Para lhe dar resposta recorreremos a testes estatísticos que aplicámos à informação fornecida produzidas pelas empresas da amostra.

Os resultados permitiram identificar variações estatisticamente significativas nas rubricas do balanço, designadamente do ativo total, e dentro deste em investimentos financeiros e activo corrente, total de capital próprio, nomeadamente em reservas e resultados transitados, e no total do passivo não corrente, mais concretamente na rubrica de provisões. Relativamente aos indicadores económico-financeiros as principais alterações identificadas estão relacionadas com os recursos de longo prazo e com o rácio de liquidez geral. Estas variações são justificadas por razão dos ajustamentos que decorrem dos novos critérios de reconhecimento e mensuração e que na sua esmagadora maioria estão relacionadas com as IAS1, 38, 39, 12, 37, 36 e 19.

**PALAVRAS-CHAVE:** Harmonização contabilística; IAS/IFRS; Relato financeiro; indicadores financeiros.

## **ABSTRACT**

This study examines the quantitative impact of the change in accounting standards on the individual financial statements and attempts to identify the direct effect of each standard International Accounting Standards/ International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS) in the main economic and financial indicators. To this end, the following two questions have been formulated: Q1: Did the change from local standards to IAS/IFRS produce significant changes in the financial information provided for the companies? And Q2: What is the direct effect of each standard in the accounting figures and economic and financial ratios? Using a set of statistical tests applied to information provided by the companies used as a sample we were able to obtain answers to the questions raised.

The results of the research reveal that the quantitative impact is significant in the balance sheet figures, particularly in terms of total assets and, within this, long-term financial investments and current assets, of total equity, particularly for the rubrics of reserves and retained earnings and relatively to the long-term liabilities and, within this, the rubric of provisions. Regarding to the economic and financial ratios the main changes identified are related to long-term resources and liquidity ratio. These variations are explained by the adjustments arising from the new recognition criteria and measurement due to the change of normative and which resulted in reclassifications and changes in accounting methods, overwhelmingly related to the changes introduced by IAS 1, 38, 39, 12, 37, 36 and 19.

**KEY WORDS:** Accounting harmonization, IAS/IFRS; Financial Reporting, financial ratios.

## **INTRODUÇÃO**

A crescente globalização e o papel cada vez mais importante dos mercados financeiros, que se foi tornando numa realidade sem fronteiras com agentes de diferentes países a interagirem entre si na procura das melhores opções de investimento, criou às empresas a necessidade de elaborarem informação financeira passível de ser interpretada e analisada da mesma forma por todos os agentes e, em simultâneo, o desafio de deixar de ser entendida e interpretada numa perspectiva histórica para passar a ser vista como um instrumento capaz de permitir desenvolver uma análise prospectiva e de suporte ao processo de tomada de decisão (Borges *et al.*, 2006, Ferreira & Santos, 2003). O ganhar de consciência desta nova necessidade fez com que, no início dos anos 70 do século XX, tenha sido dado o primeiro grande impulso ao processo de harmonização contabilística internacional, que nos tem vindo a acompanhar de então para cá com o objectivo de se obter um sistema contabilístico capaz de poder ser reconhecido pelos mercados financeiros como um modelo de qualidade suficiente para permitir assegurar a necessária fiabilidade e a total comparabilidade. Em Portugal, porém, o processo decorreu a um ritmo diferente, condicionado pelo facto de a própria regulamentação contabilística ter dado os seus primeiros passos por essa altura, com a publicação do primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC) no final dos anos 70 do século passado. Porém, a nossa qualidade de Estado-membro da União Europeia (U.E.) e a necessidade de acompanhar a evolução aí registada obrigou-nos a sucessivas e rápidas reformas, traduzidas em alterações ao POC que não só incorporou as disposições comunitárias como os principais avanços registados a nível internacional, fundamentalmente os protagonizados pelo International Accounting Standard Board (IASB).

O contexto em que hoje vivemos projectou os agentes económicos e converteu a contabilidade numa linguagem internacional. O factor localização assume um papel secundário e, como consequência, o conceito de utilizador e suas necessidades foi-se alterando. Esta nova realidade constitui uma fonte de pressão constante sobre os diferentes organismos normalizadores a que a U.E. não ficou alheia, pelo que se viu obrigada a levar a cabo uma reforma profunda na sua estratégia em termos de normalização contabilística e com impacto significativo nos sistemas contabilísticos dos diferentes Estados-membros. Esta nova estratégia assenta, no geral, na união de esforços com o IASB e viria a culminar, em 2002, com a aprovação, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, do Regulamento (CE) n.º 1606/2002.

A reforma recentemente empreendida em Portugal não é mais do que a obrigatoriedade de dar resposta às disposições do citado Regulamento (CE) 1606, materializada em alterações substanciais no nosso sistema contabilístico mas que permitiu, em simultâneo, fazer uma aproximação definitiva entre as normas contabilísticas nacionais e as internacionais, as IAS/IFRS. Contudo, a adopção do Regulamento n.º 1606/2002 pressupunha, por um lado, a obrigatoriedade de utilizar as IAS/IFRS nas contas consolidadas das empresas cotadas a partir de Janeiro de 2005 e a possibilidade de, por opção, estender esta solução às contas individuais dessas e de outras empresas ou, em alternativa, e em conformidade com a opção vertida no seu

artigo 5.º, a compatibilização dos referenciais contabilísticos de cada Estado-membro com as IAS/IFRS o mais tardar a partir de Janeiro de 2010, com o objectivo de evitar a coexistência, no mesmo espaço, de sistemas não compatíveis. O processo de implementação da nova estratégia no espaço europeu viria a culminar, em Portugal, com a adopção do SNC e consequente revogação do POC a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Nesta circunstância, dispomos hoje de um conjunto de fontes empíricas, fundamentalmente a nível comunitário, que nos dão conta dos efeitos que a transição de normativo produziu ao nível da informação financeira das empresas cotadas aquando da adopção das IAS/IFRS em 2005. Acontece, porém, que os resultados não se apresentam suficientemente conclusivos (Hung & Subramanyam, 2004, Stenka, *et al.*, 2008, Armstrong *et al.*, 2008, Costa, 2008, Silva *et al.*, 2009, Pires & Rodrigues, 2012). Quanto ao objecto de estudo, a generalidade das fontes citadas limitou-o à análise dos efeitos da transição ao nível do capital próprio e do resultado líquido do período, ou seja, sem qualquer preocupação com a quantificação do efeito directo de cada norma sobre as diferentes rubricas e/ou rácios financeiros, o que, de resto, é por eles apresentado como uma das suas limitações (Callao *et al.*, 2007, Costa, 2008). Neste sentido, entendemos justificar-se a realização deste trabalho, que nos propomos desenvolver com o objectivo genérico de estudar os efeitos directos de cada norma nas respectivas rubricas e rácios das demonstrações financeiras (DF) individuais das empresas cotadas, provocado pela adopção pela primeira vez das IAS/IFRS. A escolha desta problemática prende-se não só com a pertinência e atualidade em se avaliar os efeitos da reforma mas também, e fundamentalmente, com a necessidade de aumentar o conhecimento acerca da nossa realidade. Se é verdade que existe um número significativo de fontes empíricas também não é menos verdade que os seus resultados não são suficientemente conclusivos, pelo que entendemos que o assunto ainda não foi estudado em toda a sua dimensão. Por outro lado, propomo-nos, em simultâneo, identificar também as razões que o justificam. Utilizaremos, para o efeito, uma amostra formada pelo conjunto de empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa. A análise centra-se no ano de 2009, período em que se encontram disponíveis DF preparadas com base em ambos os normativos. De referir que, neste particular e de acordo com o normativo, as empresas são obrigadas a refazer, para efeitos de comparabilidade, as DF do ano anterior ao da aplicação pela primeira vez do novo referencial normativo, o que no caso respeita ao ano de 2009. Nestes termos, a análise será apoiada, fundamentalmente, nos dados contabilísticos presentes no Balanço e Demonstração dos Resultados e em alguns indicadores económico-financeiros e será desenvolvida para dar resposta às duas seguintes questões:

- i. As alterações do normativo POC/DC para as IAS/IFRS produziram alterações significativas na informação financeira das empresas?
- ii. Qual o efeito directo de cada norma nas respectivas rubricas e indicadores económico-financeiros?

No sentido de se obter resposta para os objectivos estabelecidos, este trabalho está organizado, para além desta introdução e das necessárias conclusões, em duas grandes partes. Uma primeira que denominámos de componente teórica e que, como a sua designação sugere, acolhe uma breve evolução do movimento de harmonização contabilística com o objectivo de apresentar os principais marcos da sua evolução bem como as respectivas consequências ao nível da adaptação e reestruturação do normativo, com particular destaque para os organismos que assumiram um papel de relevo neste processo, a U.E. e o IASB. Prosseguimos com uma exposição crítica sobre os princípios que suportam as IAS/IFRS, seja no que respeita ao reconhecimento e mensuração seja relativamente às obrigações de divulgação, colocando particular ênfase nas principais diferenças entre os princípios subjacentes ao Plano Oficial de Contabilidade/Directrizes Contabilísticas (POC/DC) e os que suportam as IAS/IFRS. Como extensão deste, apresentaremos uma breve caracterização do normativo POC/DC para evidenciar os principais pontos de contacto e de divergências relativamente às IAS/IFRS para que melhor se compreendam as alterações introduzidas pela reforma. Prosseguimos com a análise da IFRS1, que determina os procedimentos a seguir no processo de transição ou adopção pela primeira vez do normativo internacional (IAS/IFRS) para concluirmos com uma análise das fontes empíricas com o objectivo de apresentar o estado da arte. A segunda parte acolhe a componente empírica e onde, para além da definição do período de observação, da caracterização da amostra, da definição das variáveis e dos métodos a utilizar, serão apresentados os principais resultados obtidos para as questões a que nos propusemos dar resposta assim como uma breve discussão teórica dos mesmos.

## **I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO IAS/IFRS**

A consciência da necessidade de harmonizar as normas contabilísticas teve o seu início nos anos setenta do século XX e surge fortemente impulsionada pela evolução dos mercados de capitais e a abolição de fronteiras, com a criação de espaços económicos comuns como foi o caso da União Europeia (U.E.). Aliás, no que respeita ao plano regional, a U.E. merece um papel de destaque enquanto instituição que tem vindo a desenvolver uma acção impulsionadora na criação do movimento harmonizador das políticas contabilísticas e com impacto ao nível dos vários Estados-membros. A nível internacional este protagonismo vai para o *International Accounting Standards Board* (IASB), com quem a U.E. acabaria por, recentemente, decidir partilhar esforços no sentido de se alcançar a harmonização desejada e conseqüente aceitação e reconhecimento nos mercados financeiros internacionais. Neste particular, as Directivas emitidas pela U.E. e as IAS/IFRS emitidas pelo IASB e ratificadas e publicadas no Jornal Oficial da U.E., ao serem transpostas para o normativo de cada Estado-membro, são a razão e estão na base das principais mudanças.

Este processo de convergência que tem vindo a ser implementado e que se encontra em aberto, como uma consequência natural da necessidade de se adaptar a uma envolvente em permanente mutação, tem produzido alterações significativas ao nível da legislação da própria U.E. e, por essa via, nas legislações nacionais dos diferentes Estados-membros. Uma das mais significativas, se não mesmo a mais, decorre da publicação do Regulamento CE n.º1606/2002, que levou a U.E., como forma de garantir a compatibilidade das suas Directivas com o normativo internacional, a proceder à sua revisão, o que viria a acontecer em 17 de Julho de 2003 com a publicação da Diretiva 2003/51/CE, que alterou as Diretivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE., e, por essa via, as normas contabilísticas de cada Estado-membro. O referido Regulamento (CE n.º1606), não só tornou obrigatória a aplicação das IAS/IFRS para a elaboração das DF consolidadas de todas as sociedades cotadas como deixou a possibilidade de os Estados-membros permitirem ou requererem a aplicação deste normativo na preparação das DF consolidadas das sociedades não cotadas e estender a sua aplicação às contas individuais de todas as sociedades. O exercício desta opção, aplicação das IAS/IFRS a outro tipo de sociedade e contas, permitiu a assunção, por parte de cada Estado-membro, de diferentes posições e, conseqüentemente, a existência de diferentes níveis de adoção destas normas, desde a sua adoção na íntegra até à adaptação do sistema contabilístico de cada Estado-membro. Porém e não obstante o caminho seguido, é manifesta a tendência de fazer manter aquelas que são as características da envolvente do país, nomeadamente no que respeita às características do tecido empresarial (Haller & Eirle, 2003).

Em Portugal, onde a última alteração que havia sido produzida ao referencial contabilístico (POC) datava de 2005, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) optou por uma reforma mais profunda, ainda que fortemente inspirada nas IAS/IFRS previamente adoptadas e publicadas pela U.E.. Este novo sistema de normalização contabilística, que viria a ser publicado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, sob a designação de Sistema de Normalização Contabilística (SNC), entrou em vigor em Janeiro de 2010 e produziu, como consequência, a revogação do POC.

## **1.2. AS IAS/IFRS: CARACTERIZAÇÃO GERAL**

As IAS/IFRS representam um conjunto de normas desenvolvidas com o objectivo de proporcionar informação comparável, transparente e de elevada qualidade e, dessa forma, serem globalmente aceites pelos mercados de capitais (Almeida, 2010). Assumem-se como um referencial contabilístico que se propõe dotar a informação da necessária segurança e fiabilidade para os investidores, reduzir assimetrias informativas entre analistas e investidores, aumentar o grau de comparabilidade entre empresas de vários países e, conseqüentemente, eliminar custos de processamento de informação (Choi *et al.*, 1999, Ball, 2006, Morais & Curto, 2008, Barth *et al.*, 2007, Cuijpers & Buijink, 2005).

A Estrutura Conceptual (EC) é, como a sua designação deixa sugerir, o elemento estruturante e a base para a elaboração e aplicação das IAS/IFRS, assegurando não só a sua integração como permitindo que a interpretação das mesmas se faça de forma coerente. É nela que se encontram definidos os objectivos, características e postulados que fundamentam o modelo em que se baseiam as normas assim como as estimativas e julgamentos subjacentes à sua correcta aplicação. A qualidade das IAS/IFRS é, como refere Tua (2000), assegurada pela sua capacidade de abrangência e profundidade porque abordam uma elevada variedade de temas com profundidade e extensão adequadas às necessidades de uma economia cada vez mais globalizada, o que contrasta de modo significativo com muitos dos normativos nacionais. O referencial

português é um exemplo paradigmático<sup>1</sup>, ao surgir caracterizado por uma regulamentação não só incoerente como de reduzido nível de flexibilidade e com forte ligação à fiscalidade (Alves & Moreira, 2009, Rodrigues, 2003) e onde papel dos profissionais na elaboração do normativo é muito reduzido (Ferreira, 1998).

### 1.3. REFERENCIAL POC/DC: CARACTERIZAÇÃO GERAL

O normativo português apresenta uma matriz que se enquadra na corrente continental tendo, porém, ao longo das últimas décadas, e em paralelo com a adaptação ao referencial comunitário, vindo a fazer uma aproximação ao IASB e que se foi acentuando ao ponto de, mais recentemente, apresentar já características de um significativo grau de conformidade com as práticas recomendadas pelo IASB no que respeita aos critérios de mensuração e de relato financeiro (Pereira *et al*, 2001, Fontes *et al*, 2003, Rodrigues *et al*, 2003). No entanto, e apesar das sucessivas alterações e ajustamentos efectuados, no sentido de acompanhar os esforços de harmonização contabilística registados a nível internacional, as características da envolvente continuam a exercer a sua influência. Neste particular merece registo a forte ligação à fiscalidade, a não intervenção dos profissionais na elaboração das normas, a orientação do sistema para a protecção dos credores, em particular para as instituições financeiras, e o peso do utilizador “Estado”, que continua a assumir um papel de destaque na hierarquia dos utilizadores da informação financeira (Ferreira, 1998).

São, portanto, relevantes os aspectos que distinguem o normativo português do referencial internacional, ainda que seja, também, possível identificar alguns pontos comuns entre o POC/DC e as IAS/IFRS. Neste particular, o referencial POC/DC não permite falar na existência de uma verdadeira EC, o que justifica a não definição das necessidades específicas de informação de cada um dos seus destinatários, dos conceitos de activo, passivo, capital próprio, proveitos e ganhos e custos e perdas, dos critérios para o reconhecimento dos elementos das DF e dos conceitos de capital e manutenção de capital (Rodrigues & Guerreiro, 2004). Um outro aspecto diferenciador prende-se com o nível de divulgações exigidas. O Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados (ABDR) previsto no POC/DC é não só menos exigente, o que justifica a existência de um elevado número de omissões, como se apresenta com uma estrutura pouco lógica, o que contrasta com as IAS/IFRS, onde o capítulo “divulgações” assume um papel de particular destaque (Rodrigues, 2003).

No plano cultural, e contrariamente às IAS/IFRS, o POC/DC apresenta uma estrutura rígida e assente num conjunto de políticas e procedimentos contabilísticos muito específicos e inflexíveis (Alves & Moreira, 2009), que justificam a diferente forma como a informação financeira é preparada e divulgada.

### 1.4. FONTES EMPÍRICAS

A actualidade e relevância que o processo de normalização contabilística internacional vem protagonizando permitem que disponhamos hoje de um conjunto de fontes empíricas que nos dão conta dos efeitos que a transição de normativo contabilístico tem produzido na informação financeira preparada e divulgada pelas empresas cotadas e nas respectivas expectativas dos agentes económicos. Confirmam, desde logo, a influência que os factores culturais exercem sobre o desenvolvimento dos sistemas contabilísticos e sua regulamentação, em particular no que respeita à atitude a assumir relativamente aos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação (Gray, 1988).

Vários têm sido os trabalhos que, desde o início do processo de implementação do referencial contabilístico do IASB, têm procurado identificar as reações e as expectativas dos agentes económicos face às mudanças produzidas na informação financeira. Os resultados encontrados sugerem, de um modo geral e para os vários Estados-membros, que os investidores esperam benefícios com a adopção das IAS/IFRS e que associam, de entre outros, com melhorias ao nível da qualidade da informação, com a diminuição das assimetrias informativas e com uma aplicação mais rigorosa das normas (Armstrong *et al.*, 2009, Horton & Serafeim, 2008, Hung & Subramanyam, 2004). Neste particular, a única excepção vai para o estudo desenvolvido por Gastón *et al.* (2010) que conclui que a adopção das IAS/IFRS se traduziu num efeito negativo significativo na melhoria da informação financeira em Espanha. Para o caso português, mas na perspectiva da avaliação

---

<sup>1</sup> O normativo português assenta no POC complementado por um conjunto de Directrizes Contabilísticas (DC) desenvolvidas a partir das IAS/IFRS com o objectivo de colmatar as insuficiências do primeiro, o que se traduziu num referencial que se permitiu acolher e fez coexistir normas cujo espírito e filosofia são, na sua essência, incompatíveis.

custo-benefício, Alves e Moreira (2009) identificaram não só reduzidos benefícios, em resultado da sua adopção, como, também, resultados significativamente inferiores aos custos que a sua adopção potencialmente deveria representar, muito provavelmente pelo reduzido número de empresas obrigadas a adaptar as IAS/IFRS e a pequena dimensão do mercado de capitais português.

Alguns dos trabalhos realizados procuraram, também, identificar a forma como a adopção do normativo internacional afetou as principais rubricas do balanço e demonstração dos resultados. Por exemplo, Hung e Subramanyam (2004) analisaram o efeito da adopção das IAS/IFRS nas DF das empresas alemãs e identificaram um impacto significativo nos activos totais e no valor contabilístico dos capitais próprios assim como uma variação no resultado líquido. Horton e Serafeim (2008) e Gastón *et al.* (2010) procuram analisar o mesmo efeito em empresas do Reino Unido e identificaram um impacto significativo na posição económica e financeira das empresas que relacionaram com os ajustamentos relativos a imparidades de goodwill, pagamentos baseados em ações, benefícios dos empregados, instrumentos financeiros e impostos diferidos. Callao *et al.* (2007) e Gastón *et al.* (2010) analisaram os efeitos das IAS/IFRS na comparabilidade e relevância da informação financeira nas empresas espanholas e concluíram pela existência de um impacto significativo nas rubricas das DF, nomeadamente nas rubricas de devedores, em caixa e equivalentes de caixa, no capital próprio e dívidas de longo prazo, nos resultados operacionais e nos resultados extraordinários e em alguns rácios económico-financeiros, designadamente nos de liquidez, solvabilidade e de endividamento. As causas identificadas relacionam-se com os ajustamentos provocados pelas diferenças de tratamento de receitas e despesas, pela aplicação do justo valor a instrumentos financeiros, com a reclassificação de elementos das DF, com a mensuração das dívidas diferidas e com mudanças ao nível da consolidação.

Em Portugal, Costa (2008), Lopes e Viana (2008), Silva *et al.* (2008) e Araújo (2010) estudaram o impacto da implementação das IAS/IFRS nas contas consolidadas das empresas portuguesas cotadas e ambos concluíram pela existência de impactos significativos nas rubricas de capital próprio e resultado líquido. Costa (2008) identificou, relativamente ao balanço, diferenças significativas nas rubricas de propriedades de investimento, activos por impostos diferidos, disponibilidades, resultado líquido, em interesses minoritários, provisões, dívidas a terceiros não correntes, financiamentos obtidos não correntes, passivos por impostos diferidos, total de passivos não correntes, financiamentos obtidos correntes e passivo total. Nas rubricas da demonstração dos resultados identificou diferenças no resultado operacional e resultado corrente. Relativamente aos principais rácios registou um impacto significativo no de liquidez imediata, rentabilidade do activo e rentabilidade dos capitais próprios. Silva *et al.* (2008) identificaram um impacto significativo na generalidade das rubricas, alertando para um impacto positivo nas rubricas de total de activo, total de passivo, capital próprio e resultado líquido e um impacto negativo nos rácios de Price-Earning Ratio (PER) e Earning per Share (EPS), que justificaram com os ajustamentos efectuados nos investimentos financeiros e dívidas. Lopes e Viana (2008) também identificaram impacto significativo na generalidade das rubricas das DF como consequência dos ajustamentos relacionados com o reconhecimento de activos intangíveis, com o tratamento contabilístico do goodwill e os instrumentos financeiros. Por sua vez, Araújo (2010), que focou a sua análise no impacto das rubricas de capital próprio e resultado líquido, concluiu pela existência de um impacto negativo no capital próprio e positivo e significativo no resultado líquido, justificado pelas rubricas de pensões de reforma e outros benefícios dos empregados, activos tangíveis e intangíveis e impostos diferidos.

Podemos, assim, dizer que, genericamente, os estudos evidenciam um impacto significativo nas DF, fundamentalmente nas rubricas de capital próprio e resultado líquido. Um impacto igualmente significativo foi encontrado ao nível dos principais rácios, nomeadamente os de liquidez, de rentabilidade do activo e de rentabilidade dos capitais (Hung & Subramanyam, 2004, Costa, 2008, Gastón *et al.*, 2010, Callao *et al.*, 2007, Silva *et al.*, 2008, Lopes & Viana, 2008, Horton & Serafeim, 2008). Os ajustamentos na rubrica de activos fixos, pensões de reforma e outros benefícios dos empregados, activos tangíveis e intangíveis, impostos diferidos, goodwill e instrumentos financeiros foram os mais apontados como sendo os mais responsáveis pelas variações mais significativas identificadas ao nível das DF e, conseqüentemente, dos rácios económico-financeiros.

## **II. COMPONENTE EMPÍRICA**

### **2.1. JUSTIFICAÇÃO DO ESTUDO E PERÍODO DE OBSERVAÇÃO**

É verdade que dispomos hoje de um conjunto de estudos empíricos que versam sobre o estudo desta problemática ainda que a generalidade deles tenha procurado identificar os efeitos da transição ao nível do capital próprio e resultado líquido e sem que tenham manifestado qualquer preocupação com a quantificação do efeito directo de cada uma das normas. Aliás, a não quantificação de tais efeitos nas diferentes rúbricas e nos principais indicadores económico-financeiros é uma das limitações apresentadas por Callao *et al.*, (2007) e Costa (2008). Por outro lado, a existência de poucos trabalhos aplicados ao estudo da realidade portuguesa e os resultados pouco conclusivos de que dispomos constituem o ponto de partida e principal motivação para a realização deste trabalho.

Recorde-se que o Regulamento CE n.º 1606/2002 determinou a obrigatoriedade de aplicação das IAS/IFRS por parte das empresas cotadas de todos os Estados pertencentes à U.E. para a elaboração e divulgação das suas DF consolidadas, o mais tardar a partir de 2005, e a opção de alargar a sua aplicação às DF individuais. Em Portugal a aplicação do referencial internacional para a preparação das DF individuais não se estendeu a todas as empresas, inclusive às cotadas, tendo algumas delas optado por continuar a elaborar as suas DF individuais com base no normativo nacional (POC/DC). Deste modo, foi somente em 2010, com a revogação do POC/DC e entrada em vigor do SNC, que as empresas cotadas que vinham preparando as suas DF individuais em conformidade com o POC/DC passaram, por força do estipulado nos n.º 3 e 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que aprovou o SNC, a adoptar as IAS/IFRS na elaboração e apresentação das suas DF individuais. Nestes termos e tendo por base as alterações que este Decreto-Lei provocou no relato financeiro das empresas em Portugal, em especial ao nível das DF individuais, este estudo utiliza como período de observação o ano de 2009, que corresponde ao ano de transição e relativamente ao qual se encontram disponíveis DF preparadas com base em ambos os normativos, POC/DC e IAS/IFRS, conforme definido pela IFRS 1, Adopção pela primeira vez das IAS/IFRS, com o objectivo de assegurar a necessária comparabilidade.

## 2.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Integra a amostra o conjunto de empresas cotadas na Bolsa de Valores portuguesa que, em conformidade com o disposto no artigo 4º do supra referido Decreto-Lei, adoptaram, com referência a 1 de Janeiro de 2010, as IAS/IFRS para a preparação e divulgação das suas DF individuais. Nestes termos, a amostra é composta por nove empresas, conforme tabela 1 que se segue, representativas de todas as empresas cotadas que adoptaram pela primeira vez as IAS/IFRS nas suas DF individuais em 2010. Não foram consideradas as entidades do sector financeiro e segurador por estarem sujeitas a regulamentação específica, da competência do Banco de Portugal e do Instituto de Seguros de Portugal, respectivamente.

Tabela 1- Empresas que compõem a amostra e respectivo sector de actividade

<b>Empresa</b>	<b>Sector de actividade</b>
Altri SGPS, S.A.	Industrial
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	Rodoviário
Cimpor Cimentos de Portugal SGPS, S.A.	Cimenteiro
Cofina SGPS S.A.	Media
F. Ramada - Investimentos, SGPS, S.A.	Industrial
Galp Energia SGPS, S.A.	Energia
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	Construção
Martifer, SGPS, S.A.	Construção metálica e solar
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	Industrial

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode verificar da análise à tabela, a amostra é bastante heterogénea no que confere ao sector de actividade, na medida em que as empresas que a integram se encontram distribuídas por diferentes sectores, ainda que os que apresentam maior representatividade sejam o industrial, responsável por cerca de 33%, seguido das construções, que responde por aproximadamente 22% da amostra.

### 2.3. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A análise apoia-se, fundamentalmente, nos dados contabilísticos presentes nas DF e em alguns rácios financeiros disponibilizados nos relatórios e contas de cada uma das empresas da amostra e toma por base a metodologia utilizada por Callao *et al.* (2007) e Costa (2008) que, também eles, desenvolveram as suas análises na avaliação do impacto das IAS/IFRS ainda que ao nível das DF consolidadas.

Para o efeito foi criado um conjunto de variáveis, representativas das principais rubricas do balanço, demonstração dos resultados e alguns rácios financeiros, construídas tomando por base as DF individuais preparadas com base em ambos os normativos, POC/DC e IAS/IFRS, e que a partir de agora passamos a designar por *Fi*. Para a selecção das rubricas do balanço e demonstração dos resultados tomámos por base, à semelhança do procedimento seguido por Costa (2008), o modelo das DF previsto no SNC dada a inexistência de um modelo definido pelo referencial do IASB. Para a selecção dos rácios seguimos o critério da sua utilização, ou seja, seleccionámos aqueles que são geralmente mais utilizados na análise da avaliação da performance financeira das empresas. Como o objectivo do estudo se centra no impacto da adopção pela primeira vez vamos utilizar dois tipos de variáveis, as construídas tomando por base o POC/DC, a designar por *Fi POC/DC* e as construídas com base nas IAS/IFRS, designadas por *Fi IAS/IFRS*, num total de 35 variáveis distribuídas por rubricas agregadas do balanço, sub rubricas do balanço, rubricas da demonstração dos resultados e rácios económico-financeiros e que apresentamos, respectivamente, nas tabelas 2 a 5 que se seguem.

A tabela 2 integra, para além das variáveis agregadas do balanço, uma definição de cada uma das rubricas que compõem o conjunto de rubricas agregadas do balanço assim como o intervalo de valores que poderão assumir em função do normativo utilizado.

Tabela 2- Variáveis *Fi*: Rubricas agregadas do Balanço

Variáveis <i>Fi</i>	Definição	Intervalo de valores assumidos por <i>Fi</i> (milhões de Euros)
<b>Rubricas do Balanço</b>		
<b>Total de Activos não Correntes</b>	Activos fixos tangíveis + Propriedades de investimento + Activos intangíveis + Activos por impostos diferidos + Outros activos não correntes	<i>Fi POC/DC</i> [41:4755]
		<i>Fi IAS/IFRS</i> [41:3558]
<b>Total de Activos Correntes</b>	Inventários + Dívidas de terceiros + Disponibilidades + Outros activos correntes	<i>Fi POC/DC</i> [0,69:536]
		<i>Fi IAS/IFRS</i> [1:536]
<b>Total do Activo</b>	Total de activos não correntes + Total de activos correntes	<i>Fi POC/DC</i> [42:4984]
		<i>Fi IAS/IFRS</i> [42:3720]
<b>Total do Capital Próprio</b>	Capital + Prémios emissão + Reservas + Resultados transitados + Excedentes de revalorização + Resultado líquido do período + Interesses minoritários + Outras rubricas de capital próprio	<i>Fi POC/DC</i> : [21:2364]
		<i>Fi IAS/IFRS</i> [21:1623]
<b>Total de Passivos não Correntes</b>	Provisões + Financiamentos obtidos + Passivos por impostos diferidos + Dívidas a terceiros não correntes + Outros passivos não correntes	<i>Fi POC/DC</i> [0:3018]
		<i>Fi IAS/IFRS</i> [0:2299]
<b>Total de Passivos Correntes</b>	Dívidas a terceiros correntes + Financiamentos obtidos + Outros passivos correntes	<i>Fi POC/DC</i> : [0,15:622]
		<i>Fi IAS/IFRS</i> : [0,15: 591]
<b>Passivo Total</b>	Total de passivos não correntes + Total de passivos correntes	<i>Fi POC/DC</i> : [0,15:3640]
		<i>Fi IAS/IFRS</i> : [0,15: 889]
<b>Recursos de Longo Prazo</b>	Capital próprio + Total de passivos não correntes	<i>Fi POC/DC</i> : [42:4362]
		<i>Fi IAS/IFRS</i> : [42: 129]

Fonte: Elaboração própria.

A variável *Fi* para a classe de rubricas agregadas do Balanço apresenta um total de 8 variáveis, representativas de ambos os normativos, POC/DC e IAS/IFRS, que assumirão como valores os apresentados no balanço. A unidade de medida utilizada é em milhões de Euros e o intervalo de variação considerado situa-se entre 0 e 4.984 milhões de Euros.

A tabela 3 apresenta uma identificação sumária dos elementos que integram cada uma das sub rubricas do balanço respeitando, para o efeito, a descrição apresentada nos relatórios e contas das empresas da amostra. Apresenta um total de 16 variáveis, representativas das sub rubricas do balanço agrupadas nas suas diferentes categorias.

Tabela 3- Variáveis *Fi*: sub rubricas do Balanço

Variáveis <i>Fi</i>	Descrição apresentada nos Relatórios e Contas das empresas da amostra	Intervalo de valores assumidos por <i>Fi</i> (milhões de Euros)
<b>Sub rubricas do Activo</b>		
<b>Investimentos Financeiros</b>	Investimentos em Subsidiárias + Em Associadas + Em Entidades Conjuntamente Controladas + Noutras Empresas + Outros Investimentos Financeiros	<i>Fi</i> POC/DC [36:1909]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [36:1168]
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	Activos Fixos Tangíveis + Imobilizações Corpóreas + Edifícios e Equipamentos + Outros Activos Fixos Tangíveis.	<i>Fi</i> POC/DC [0,001:3488]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [0:53]
<b>Activos Intangíveis</b>	Activos Intangíveis + Imobilizações Incorpóreas + Activos Fixos Intangíveis.	<i>Fi</i> POC/DC [0:335]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [0:3140]
<b>Propriedades de Investimento</b>	Propriedades de Investimento + Propriedades de investimento em desenvolvimento.	<i>Fi</i> POC/DC [0:0,002]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [0:1]
<b>Activos por Impostos Diferidos</b>	Activos por impostos diferidos + Impostos diferidos ativos + Impostos diferidos.	<i>Fi</i> POC/DC [0:97]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [0:129]
<b>Inventários</b>	Inventários + Existências.	<i>Fi</i> POC/DC [0:0,03]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [0:0,03]
<b>Dívidas de Terceiros</b>	Contas a receber e outras + Estado e outros entes públicos + Dívidas de terceiros + Clientes + Impostos correntes a receber + Clientes e adiantamentos a fornecedores + Outras dívidas a receber + Empresas do grupo + Outras dívidas de terceiros.	<i>Fi</i> POC/DC [0,1:492]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [0,1:492]
<b>Disponibilidades</b>	Caixa e equivalentes de caixa + Caixa e depósitos à ordem.	<i>Fi</i> POC/DC [0,002:44]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [0,002:44]
<b>Sub rubricas do Capital Próprio</b>		
<b>Capital e Prémios de Emissão</b>	Capital + Prémios de emissão + Capital realizado + Capital nominal.	<i>Fi</i> POC/DC [26:911]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [26:911]
<b>Reservas e Resultados Transitados</b>	Reservas e Resultados Transitados; Reservas e Resultados acumulados.	<i>Fi</i> POC/DC [-44:1168]
		<i>Fi</i> IAS/IFRS [-44:432]

<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	Resultado líquido do exercício	Fi POC/DC [-3:285]
		Fi IAS/IFRS [-2:496]
<b>Sub rubricas do Passivo</b>		
<b>Provisões</b>	Provisões + Provisões para pensões de reforma + Responsabilidades por benefícios de reforma + saúde e vida.	Fi POC/DC [0:199]
		Fi IAS/IFRS [0:144]
<b>Financiamentos Obtidos não correntes</b>	Dívidas instituições de crédito + Empréstimos accionistas + Empréstimos e descobertos bancários + Empréstimos obrigacionistas.	Fi POC/DC [0:2057]
		Fi IAS/IFRS [0:2053]
<b>Dívidas a Terceiros correntes</b>	Contas a pagar e outras + Estado e outros entes públicos; Fornecedores e adiantamentos de clientes + Outras dívidas a terceiros.	Fi POC/DC [0,1:257]
		Fi IAS/IFRS [0,1:257]
<b>Financiamentos Obtidos correntes</b>	Dívidas a instituições crédito + Empréstimos accionistas + Outros empréstimos.	Fi POC/DC [0:486]
		Fi IAS/IFRS [0:496]
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	Impostos diferidos.	Fi POC/DC [0:0,3]
		Fi IAS/IFRS [0:0,3]

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 4 que se segue identificamos as rubricas da demonstração dos resultados assim como o intervalo de valores que estas assumem.

Tabela 4- Variáveis Fi: rubricas da Demonstração dos resultados

Variáveis <i>Fi</i>	Definição	Intervalo de valores assumidos por <i>Fi</i> (expressos em milhões de Euros)
<b>Resultado Operacional</b>	Proveitos operacionais; Custos operacionais	Fi POC/DC: [-10:280]
		Fi IAS/IFRS: [-62:11]
<b>Resultado Corrente</b>	Resultados operacionais + Proveitos financeiros; Custos financeiros	Fi POC/DC: [-3:284]
		Fi IAS/IFRS: [-130:495]

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, a tabela 5 que se segue apresenta os rácios e respectiva caracterização assim como o intervalo de variação dos valores assumidos por *Fi* para cada um deles.

Tabela 5- Variáveis Fi: Rácios económico-financeiros

Variáveis <i>Fi</i>	Definição	Intervalo de valores assumidos por <i>Fi</i>
<b>Indicadores de liquidez</b>		
<b>Liquidez Geral</b>	Ativo corrente / Passivo corrente	Fi POC/DC [0,03:6,43]
		Fi IAS/IFRS [0,03:6,43]
<b>Liquidez Reduzida</b>	(Dívidas de terceiros + Disponibilidades) / Passivo corrente	Fi POC/DC [0,03:6,43]
		Fi IAS/IFRS [0,03:6,43]
<b>Liquidez Imediata</b>	Disponibilidades / Passivo corrente	Fi POC/DC [0:5,61]
		Fi IAS/IFRS [0:5,61]
<b>Indicadores de estrutura</b>		
<b>Autonomia Financeira</b>	Capital Próprio/(Capital Próprio + Passivo)	Fi POC/DC [23%:100%]
		Fi IAS/IFRS [22%:100%]
<b>Debt- to-Equity (Endividamento)</b>	Passivo total/Capital próprio	Fi POC/DC [0,36%: 326%]
		Fi IAS/IFRS [0,36%:348%]
<b>Indicadores de rentabilidade</b>		

<b>ROA (Res Op)</b>	Resultado operacional / Activo total	Fi <i>POC/DC</i> [-1%:30%]
		Fi <i>IAS/IFRS</i> [-15%: 3%]
<b>ROA (Res Corr)</b>	Resultado corrente / Activo total	Fi <i>POC/DC</i> [-4%:21%]
		Fi <i>IAS/IFRS</i> [-3%:28%]
<b>ROE (Res Corr)</b>	Resultado corrente / Capital próprio	Fi <i>POC/DC</i> [-15%: 27%]
		Fi <i>IAS/IFRS</i> [-16%:34%]
<b>ROE (Res Liq)</b>	Resultado líquido / Capital próprio	Fi <i>POC/DC</i> [-13%:27%]
		Fi <i>IAS/IFRS</i> [-12%:34%]

Fonte: Elaboração própria.

A tabela identifica os nove rácios considerados para o estudo, distribuídos em função das diferentes categorias consideradas. O conjunto destes indicadores permitirá obter informação acerca da performance das empresas da amostra em termos de rentabilidade, solvabilidade, liquidez e equilíbrio financeiro.

## 2.4. HIPÓTESES DO MODELO

Tomando por base o objectivo proposto para o desenvolvimento deste estudo, levantámos as duas seguintes questões:

**Questão 1:** A alteração do normativo POC/DC para as IFRS/IAS provocou alterações significativas na informação financeira das empresas? e

**Questão 2:** Qual o efeito directo de cada norma nas respectivas rúbricas e rácios?

Para dar resposta à primeira questão recorreremos a testes estatísticos. Atendendo ao reduzido número de observações, nove no total, optámos pela aplicação directa de testes não paramétricos, mais concretamente do teste não paramétrico para amostras emparelhadas de Wilcoxon que apresenta como objectivo a comparação de médias em amostras emparelhadas. A hipótese nula formulada a testar foi a seguinte:

**H0:** Não existem diferenças significativas nos valores observados pela variável *Fi* na informação financeira de 31 de Dezembro de 2009 produzida com base no referencial normativo POC/DC e no referencial normativo IAS/IFRS.

Para responder à segunda questão suportámos a investigação na análise de conteúdo, utilizando como fonte de informação as divulgações dos impactos da transição para as IAS/IFRS a que as empresas estão obrigadas por força da aplicação da IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

## 2.5. RESULTADOS

### 2.5.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística descritiva das variáveis assumidas por *Fi* foi efectuada com o objectivo de apresentar uma caracterização da amostra, em particular no que respeita à identificação do tipo de empresas que a constituem, quer no que respeita à dimensão e sector de actividade quer sobre a sua capacidade para gerar resultados. Os resultados obtidos são apresentados na tabela 6, que se segue, em separado, ou seja, considerando os valores assumidos pelas variáveis *Fi* com base no referencial normativo POC/DC e com base no referencial IAS/IFRS com o objectivo de nos permitir desenvolver uma análise comparada e identificar as principais variações resultantes da transição.

É possível observar para as rubricas do balanço, designadamente, para o activo total, total de capital próprio e passivo uma grande amplitude no intervalo de variação entre os valores mínimos e máximos, o que evidência a heterogeneidade das empresas da amostra. Na verdade, e apesar de adoptarem o mesmo normativo,

apresentam valores patrimoniais bastante distintos, o que sugere que a amostra é constituída por empresas com dimensões muito diferentes. Ainda que estas rubricas apresentem, na sua globalidade, valores inferiores quando preparadas com os obtidos a partir da utilização do referencial internacional (IAS/IFRS), no que respeita à sua posição patrimonial os resultados a que nos conduzem revelam-se idênticos. A capacidade das empresas da amostra para gerarem resultados, líquido e corrente, apresenta-se, em média, positiva para ambos os normativos. O mesmo não se verifica para os resultados operacionais, registando-se uma grande variação com a transição de normativo, com uma média positiva de 45 milhões de Euros com base no POC/DC e negativa em 12 milhões de Euros com base nas IAS/IFRS. Esta dispersão dos valores assumidos denuncia a existência de empresas com capacidades e desempenho muito distintas no que respeita aos resultados, o que poderá estar relacionado com as diferentes dimensões das entidades que constituem a amostra.

Relativamente ao desempenho económico-financeiro observamos que, em termos médios, e para ambos os normativos, a amostra apresenta uma boa situação financeira de curto prazo, com o rácio de liquidez geral e reduzida a apresentar uma média superior a um, ainda que a liquidez imediata registe um valor médio bastante mais reduzido. De salientar que, também aqui, se verifica um grande intervalo de variação entre os valores mínimos e máximos de cada um destes rácios o que pode ser explicado pelas diferentes características de cada uma das empresas em estudo, em particular pelo facto de respeitarem a diferentes sectores de actividade e, por isso, com tempos médios de recebimento e pagamento a fazerem-se variar em função das características específicas do sector. Quanto à estrutura financeira os dados demonstram que, em termos médios, a amostra apresenta um rácio de autonomia financeira que cumpre o mínimo legal geralmente exigido e o rácio de endividamento revela que os capitais próprios não têm capacidade para responder à totalidade das dívidas, o que significa que estarão a ser financiadas também por capitais alheios.

Por último, e no que respeita à performance operacional, em termos médios e para ambos os normativos, a amostra apresenta uma performance operacional e rentabilidade dos capitais próprios positiva. Também aqui, e uma vez mais, é necessário ter em atenção o sector onde está inserida a empresa na medida em que a diferença substancial entre os valores mínimos e máximos que nos foi possível identificar para cada um dos rácios poderá ser explicada com recurso às diferentes necessidades de investimento em activos justificada pelas diferentes necessidades de investimento de cada sector de actividade.

Tabela 6- Variáveis Fi expressas em ambos os normativos

Rubricas		Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Soma	Percentis		
							25	50	75
Activo Total	POC/DC	1273	467	42	4984	11457	105	467	2476
	IAS/IFRS	1043	425	42	3720	9389	105	425	2105
Total do capital próprio	POC/DC	616	196	21	2364	5545	53	196	1205
	IAS/IFRS	473	195	21	1623	4259	53	195	947
Passivo Total	POC/DC	657	111	0,2	3640	5912	56	111	870
	IAS/IFRS	570	77	0,2	2889	5129	57	77	870
Resultado Operacional	POC/DC	45	-1	-10	280	405	-4	-1	73
	IAS/IFRS	-12	-3	-62	11	-104	-22	-3	-0,2
Resultado Corrente	POC/DC	89	25	-3	284	797	1	25	192
	IAS/IFRS	77	6	-130	495	693	-2	6	149
Resultado Líquido Exercício	POC/DC	84	27	-3	285	756	-1	27	171
	IAS/IFRS	96	26	-2	496	861	0,1	26	151
Liquidez Geral	POC/DC	1,53	0,50	0,03	6,43	13,79	0,22	0,50	2,59
	IAS/IFRS	1,40	0,49	0,03	6,43	12,57	0,17	0,49	2,03
Liquidez Reduzida	POC/DC	1,43	0,38	0,03	6,43	12,91	0,09	0,38	2,47
	IAS/IFRS	1,32	0,38	0,03	6,43	11,84	0,09	0,38	1,93
Liquidez Imediata	POC/DC	0,69	0,06	0,0001	5,61	6,23	0,03	0,06	0,15
	IAS/IFRS	0,69	0,06	0,00	5,61	6,18	0,03	0,06	0,15
Autonomia Financeira	POC/DC	56%	53%	23%	100%	503%	25%	53%	86%
	IAS/IFRS	55%	52%	22%	100%	493%	24%	52%	88%
Debt-to-Equity (Endividamento)	POC/DC	138%	90%	0,36%	326%	1242%	17%	90%	295%
	IAS/IFRS	149%	93%	0,36%	348%	1338%	14%	93%	320%
ROA (Res. Op.)	POC/DC	4%	-0,44%	-1%	30%	32%	-1%	-0,44%	3%
	IAS/IFRS	-2%	0%	-15%	3%	-15%	-1%	-0,48%	0,25%

ROA (Res. Corr)	POC/DC	7%	5%	-4%	21%	63%	-0,24%	5%	15%
	IAS/IFRS	8%	5%	-3%	28%	73%	-2%	5%	16%
ROE (Res. Corr)	POC/DC	9%	13%	-15%	27%	84%	1%	13%	16%
	IAS/IFRS	9%	13%	-16%	34%	84%	-7%	13%	24%
ROE (Res. Líq)	POC/DC	9%	12%	-13%	27%	80%	-1%	12%	16%
	IAS/IFRS	11%	14%	-12%	34%	102%	0,07%	14%	24%

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez que este estudo pretende analisar o impacto da transição do normativo nacional (POC/DC) para o internacional (IAS/IFRS) passamos a apresentar, na tabela 7 que se segue, uma análise comparativa dos valores totais assumidos por cada uma das variáveis definidas com o objectivo de identificar as rubricas que sofreram maior variação e avaliar se se verificaram alterações ao nível das características da amostra.

A análise mostra que para a categoria de rubricas agregadas do balanço o maior impacto da transição se regista na variável total de capital próprio, com uma diminuição de 1.285 milhões de Euros face ao anterior normativo (POC/DC). De salientar que todas as variáveis desta categoria sofreram uma variação negativa, o que contribuiu para a deterioração da posição patrimonial da amostra.

Relativamente às rubricas da demonstração dos resultados, a maior variação registou-se na variável resultados operacionais, com uma diminuição de 509 milhões de Euros face ao normativo POC/DC. Esta variação resulta, em grande medida, explicada pelas alterações produzidas ao nível da apresentação das DF, que conduziu à reclassificação/reorganização de alguns itens da demonstração dos resultados. Apesar da transição para o normativo IAS/IFRS ter provocado uma diminuição ao nível da capacidade das empresas para gerar resultados operacionais e correntes, a performance da amostra em termos de resultado líquido não só não foi afectada como até apresentou melhorias.

No que respeita aos rácios económico-financeiros o maior impacto verificou-se no indicador ROA resultados operacionais, que passou a apresentar uma rentabilidade dos activos operacionais negativa como consequência directa da variação identificada anteriormente na rubrica de resultados operacionais. Ao nível da liquidez o impacto da transição não atingindo os 10%, o que contribuiu para a diminuição da performance da amostra em termos de liquidez. Quanto à estrutura de capitais a variação também foi muito reduzida, sendo o maior impacto no rácio de endividamento que sofreu uma variação positiva de 8%.

Tabela 7- Variações identificadas em Fi produzidas pela alteração do normativo POC/DC para as IAS/IFRS

Variáveis Fi	Soma Fi POC/DC	Soma Fi IAS/IFRS	Varição absoluta	Varição relativa
<i>Rubricas agregadas do Balanço</i>				
Total de ativos não correntes	10446	8447	-1999	-19%
Total de ativos correntes	1011	942	-69	-7%
Ativo total	11457	9389	-2068	-18%
Total do capital próprio	5545	4259	-1285	-23%
Total de passivos não correntes	4502	3749	-754	-17%
Total de passivos correntes	1409	1381	-29	-2%
Passivo total	5912	5129	-782	-13%
Recursos de Longo prazo	10047	8008	-2039	-20%
<i>Rubricas da Demonstração dos Resultados</i>				
Resultado Operacional	405	-104	-509	-126%
Resultado Corrente	797	693	-104	-13%
Resultado Líquido do Exercício	756	861	105	14%
<i>Rácios económico-financeiros</i>				
Liquidez Geral	13,79	12,57	-1,22	-9%
Liquidez Reduzida	12,91	11,84	-1,07	-8%
Liquidez Imediata	6,23	6,18	-0,05	-1%

<b>Autonomia Financeira</b>	5,03	4,93	-0,10	-2%
<b>Debt - to - Equity (Endividamento)</b>	12,42	13,38	0,96	8%
<b>ROA (Res Op)</b>	,32	-,15	-0,47	-148%
<b>ROA (Res Corr)</b>	,63	,73	0,10	15%
<b>ROE (Res Corr)</b>	,84	,84	0,00	-1%
<b>ROE (Res Liq)</b>	,80	1,02	0,21	26%

Fonte: Elaboração própria.

Em jeito de síntese, anotamos que as variações decorrentes da transição para o normativo IAS/IFRS contribuíram, em termos globais, para a deterioração da posição patrimonial das empresas da amostra. No que respeita à performance, registamos que os rácios de liquidez, apesar das variações negativas identificadas, revelam uma boa posição financeira no curto prazo. O mesmo se verificou ao nível da estrutura financeira, que mostra assegurar o cumprimento do mínimo legal geralmente exigido. Por fim, e no que respeita à rentabilidade operacional, e não obstante a variação negativa identificada para as empresas da amostra, continuam, em termos médios, a apresentar uma performance operacional positiva.

## 2.5.2. RESULTADOS DO TESTE WILCOXON

Os resultados do teste de Wilcoxon permitiram identificar um impacto quantitativo significativo, cujos resultados sistematizamos na tabela 8 que a seguir se apresenta.

Tabela 8- Resultados do teste de Wilcoxon

Variáveis	Z	Sig. Assint. (2 caudas)
<b>Investimentos Financeiros</b>	-1,826 <sup>b</sup>	,068
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	-1,461 <sup>b</sup>	,144
<b>Ativos Intangíveis</b>	,000 <sup>c</sup>	1,000
<b>Propriedades de Investimento</b>	-1,342 <sup>d</sup>	,180
<b>Ativos por Impostos Diferidos</b>	-1,572 <sup>d</sup>	,116
<b>Inventários</b>	,000 <sup>c</sup>	1,000
<b>Dívidas de Terceiros IFRS</b>	-1,000 <sup>b</sup>	,317
<b>Disponibilidades IFRS</b>	,000 <sup>c</sup>	1,000
<b>Capital e Prémios de Emissão IFRS</b>	,000 <sup>c</sup>	1,000
<b>Reservas e Resultados Transitados</b>	-2,201 <sup>b</sup>	,028
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	-,845 <sup>d</sup>	,398
<b>Provisões</b>	-1,826 <sup>b</sup>	,068
<b>Financiamentos Obtidos não correntes</b>	-1,342 <sup>b</sup>	,180
<b>Dívidas a Terceiros correntes</b>	,000 <sup>c</sup>	1,000
<b>Financiamentos Obtidos correntes</b>	-,730 <sup>b</sup>	,465
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	-1,000 <sup>d</sup>	,317
<b>Total de ativos não correntes</b>	-1,680 <sup>b</sup>	,093
<b>Total de ativos correntes</b>	-2,023 <sup>b</sup>	,043
<b>Ativo Total</b>	-2,100 <sup>b</sup>	,036
<b>Total do capital próprio</b>	-2,240 <sup>b</sup>	,025
<b>Total de passivos não correntes</b>	-2,023 <sup>b</sup>	,043
<b>Total de passivos correntes</b>	,000 <sup>c</sup>	1,000
<b>Passivo Total</b>	-,845 <sup>b</sup>	,398
<b>Recursos de longo prazo</b>	-2,521 <sup>b</sup>	,012
<b>Resultado Operacional</b>	-,420 <sup>b</sup>	,674
<b>Resultado Corrente</b>	-,415 <sup>d</sup>	,678

<b>Liquidez Geral</b>	-2,023 <sup>b</sup>	,043
<b>Liquidez Reduzida</b>	-,674 <sup>b</sup>	,500
<b>Liquidez Imediata</b>	-,365 <sup>b</sup>	,715
<b>Autonomia Financeira</b>	-,980 <sup>b</sup>	,327
<b>Debt - to - Equity</b>	-,980 <sup>d</sup>	,327
<b>ROA (Res Op)</b>	-,770 <sup>b</sup>	,441
<b>ROA (Res Corr)</b>	-,533 <sup>d</sup>	,594
<b>ROE (Res Corr)</b>	-,652 <sup>d</sup>	,515
<b>ROE (Res Liq)</b>	-1,120 <sup>d</sup>	,263

Fonte: Elaboração própria.

A hipótese nula foi rejeitada para sete variáveis para um intervalo de significância de 5%. As variáveis que apresentaram diferenças mais significativas entre os valores apresentados, tomando por referência o normativo POC/DC e o normativo IAS/IFRS, foram ao nível:

1. Das rubricas agregadas do balanço, mais concretamente do total de activos correntes, activo total, total de capital próprio, total de passivos não correntes e recurso de longo prazo;
2. Das sub rubricas do balanço, designadamente de reservas e resultados transitados; e
3. Dos rácios económico-financeiros, nomeadamente no rácio de liquidez geral.

De salientar, ainda, que as variáveis investimentos financeiros e provisões, ambas pertencentes à categoria de sub rubricas do balanço, apesar de não rejeitarem a hipótese nula (H0) apresentaram resultados muito próximos de a rejeitar pelo que também foram contemplados na análise.

Tomando por base o número de *ranks* positivos e negativos assim como a soma dos *ranks* para cada sinal dado pelo teste de Wilcoxon, é possível determinar o sentido da variação sofrida pelas variáveis analisadas. Assim, e no que respeita às variáveis que sofreram um impacto significativo com a transição para o normativo IAS/IFRS verificou-se uma variação negativa em todas elas, incluindo as variáveis investimentos financeiros e provisões. Nestes termos, e com base nas variáveis em que se identificou impacto estatisticamente significativo com a adoção pela primeira vez das IAS/IFRS, pode concluir-se que a transição provocou:

- i. Uma diminuição do valor dos activos, consequência das variações negativas identificadas nas variáveis de investimentos financeiros e total de activo corrente, uma diminuição do valor do capital próprio, decorrente da variação negativa observada em reservas e resultados transitados, assim como uma diminuição do valor do passivo, como consequência da variação negativa das rubricas de provisões e total de passivos não correntes, o que afectou negativamente a posição patrimonial das empresas da amostra; e
- ii. Uma deterioração da posição financeira, designadamente ao nível dos recursos de longo prazo, provocada pela variação negativa produzida nas rubricas de total de capital próprio e de total de passivo. De referir, ainda, que a deterioração se ficou a dever também à capacidade demonstrada para honrar os compromissos financeiros no curto prazo, provocada por uma variação negativa do rácio de liquidez geral decorrente da variação negativa no activo corrente.

Quanto ao desempenho (rentabilidade), não existe evidência estatística que nos permita identificar impactos significativos.

### 2.5.3. PRINCIPAIS IMPACTOS PRODUZIDOS NAS DF COM A INTRODUÇÃO DAS IAS/IFRS

Da análise à informação divulgada pelas empresas nos seus relatórios e contas, mais concretamente nas notas anexas às DF e, neste particular, nas notas referentes à primeira aplicação das IAS/IFRS com efeitos ao nível da posição financeira e de resultados individual reportada a 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009, respectivamente, para se assegurar a necessária comparabilidade com o período que inicia em 1 de Janeiro de 2010, foi possível identificar quais as normas que justificam os principais impactos produzidos nas DF como consequência da transição e cujos resultados são os que se apresentam na tabela 9 que se segue.

Tabela 9- IAS/IFRS com impacto na transição para o normativo internacional

IAS/IFRS	% empresas que identificaram o impacto da norma na transição
----------	--

IAS1- Apresentação das DF	89%
IAS 39- Instrumentos Financeiros	78%
IAS 38- Ativos Intangíveis	56%
IAS 12- Impostos sobre o rendimento	56%
IAS 37- Provisões	33%
IAS 36- Imparidade de ativos	22%
IAS 11- Contratos de Construção	11%
IAS 40- Propriedades de Investimento	11%
IAS 19- Benefícios dos Empregados	11%
IFRS 2- Pagamento com base em ações	11%

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode concluir da análise à tabela, as normas relacionadas com a apresentação das DF e respectivas divulgações, com o reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, de activos intangíveis e de activos e passivos por impostos diferidos foram referidas por mais de 50% das empresas da amostra como tendo produzido impacto nas DF decorrente da sua adopção pela primeira vez.

Os ajustamentos estão, no essencial, relacionados com reclassificações e reversões por alteração dos critérios de reconhecimento, por deixarem de se qualificar ou, ao invés, por passarem a qualificar-se para tal, e com os critérios a seguir para a sua mensuração. À excepção das reclassificações, todos os outros ajustamentos identificados produziram impacto nas rubricas de capital próprio e de resultado líquido. A informação disponibilizada sob a forma de notas, relativas ao período de transição, apontam as IAS 39, 38, 36 e 19 como as normas que produziram variações negativas na rubrica de capitais próprios e a IAS 12 e 37 como as que contribuíram para um impacto positivo. No que respeita aos impactos produzidos ao nível do resultado líquido foram as IAS39, 38 e a 12 as que justificaram as variações positivas identificadas e as IAS 39 e 19 as que responderam pelo impacto negativo registado nesta rubrica como consequência dos ajustamentos efectuados. Porém, e com o objectivo de procurar conferir um outro alcance aos resultados apresentados, a tabela 10 que se segue sistematiza os ajustamentos apontados por cada uma das empresas da amostra e os respectivos impactos nas diferentes rubricas.

Tabela 10- Impacto direto de cada norma IAS/IFRS nas diferentes rubricas das DF

Norma	Ajustamento	Rubricas afectadas
IAS 1	Reclassificação de gastos financeiros para a rubrica de “Outros gastos”, por não observarem os requisitos das IAS/IFRS para a sua classificação como gastos financeiros.	Varição (-) Gastos Financeiros Varição (+) Outros Gastos ↓ Varição (+) Resultados Financeiros Sem impacto no Resultado Líquido
	Reclassificação de resultados extraordinários para diferentes rubricas para atender à natureza específica.	Varição (+) Outros Gastos Varição (-) Resultados Extraordinários ↓ Varição (+) Resultados Correntes Sem impacto no Resultado Líquido
IAS 39	Reversão dos efeitos do MEP em investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas. O reconhecimento passou a ser pelo método do custo.	-Varição (-) Investimentos Financeiros ↓ Varição (-) Capital Próprio Varição (+) Investimentos Financeiros ↓ Varição (+) Resultado Líquido
	Reconhecimento de instrumentos financeiros derivados e respectivas variações do seu justo valor.	Varição (-) Instrumentos Financeiros Derivados ↓ Varição (-) Capital Próprio
	Anulação da reversão de perdas por imparidade em investimentos financeiros e respectivo imposto diferido.	Varição (-) Investimentos Financeiros Varição (-) Ajustamentos activos financeiros Varição (+) Activos por impostos diferidos ↓ Varição (-) Capital Próprio Varição (-) Resultado Líquido
IAS 38	Desreconhecimento de activos intangíveis relacionados com despesas incorridas por não observarem os critérios para o seu reconhecimento como tal.	Varição (-) Activos Intangíveis ↓ Varição (-) Capital Próprio Varição (+) Resultado Líquido

	Reclassificação para activos intangíveis de activos relativos a software.	Variação (+) Activos Intangíveis Variação (-) Activos Fixos Tangíveis
<b>IAS 12</b>	Reconhecimento de activos por impostos diferidos decorrentes de reversões de perdas por imparidade; da anulação de provisões para outros riscos e encargos; permitidos à luz do novo normativo, como é o caso da reavaliação dos AFT, ao passaram a ter uma base tributável superior correspondente ao valor contabilístico.	-Variação (+) Impostos Diferidos ↓ Variação (+) Capital Próprio Variação (+) Resultado Líquido
<b>IAS 37</b>	Anulação de provisões que à luz do novo normativo não observem os requisitos para serem classificados como tal.	-Variação (-) Provisões ↓ Variação (+) Capital Próprio Variação (-) Passivo não corrente
<b>IAS 36</b>	Ajustamentos referentes a riscos e encargos relacionados com contas a receber que não estavam reconhecidos correctamente.	Variação (-) Dívidas de terceiros ↓ Variação (-) Capital próprio Variação (-) Ativo corrente
<b>IAS 19</b>	Reconhecimento do gasto esperado com os pagamentos de participação nos lucros no período em que os trabalhadores prestam o respectivo serviço.	Variação (-) Gratificações do Balanço ↓ Variação (-) Resultado Líquido Variação (-) Capital Próprio

Fonte: Elaboração própria.

Assim, e em jeito de síntese, permitimo-nos dizer que os resultados obtidos permitiram identificar alterações estatisticamente significativas em sete das variáveis estudadas, que rejeitaram a hipótese formulada e em outras duas que, apesar de não a rejeitarem, apresentaram valores muito próximos de a rejeitar pelo que a sua análise foi considerada relevante. Assim, do total das nove variáveis identificadas, três pertencem ao activo e respeitam a investimentos financeiros, total do activo corrente e activo total, duas ao capital próprio, as rubricas de reservas e resultados transitados e total do capital próprio e as outras duas ao passivo, rubricas de provisões e total de passivos não correntes. As outras duas variáveis que acabámos, também, por considerar respeitam a indicadores de performance, mais concretamente a recursos de longo prazo e ao rácio de liquidez geral. De referir que os resultados alcançados nos permitiram, ainda, identificar o sentido da variação dessas alterações, que apontam para uma deterioração da posição patrimonial das empresas provocada pelas variações negativas no activo, capital próprio e passivo, bem como um agravamento da posição financeira justificada pela variação negativa nos recursos de longo prazo e no rácio de liquidez geral.

## 2.6. DISCUSSÃO TEÓRICA

Tendo em conta a influência dos trabalhos realizados por Callao *et al.* (2007) e Costa (2008) na definição da metodologia deste nosso estudo, daremos particular destaque aos resultados apresentados por estes estudos para a discussão teórica que nos propomos desenvolver. Recordamos, também, que este trabalho foi desenvolvido com o objectivo de identificar se a transição do referencial POC/DC para as IAS/IFRS provocou alterações significativas nas DF individuais das empresas portuguesas cotadas bem como o efeito directo de cada norma sobre as diferentes rubricas e rácios.

Os resultados obtidos permitiram-nos constatar, à semelhança das conclusões apresentadas pela generalidade das fontes empíricas consultadas, que o processo de transição para o normativo internacional (IAS/IFRS) produziu alterações significativas em algumas rubricas das DF sendo, mesmo, possível identificar para alguns dessas rubricas não só o sentido das variações ocorridas como a natureza dos ajustamentos que as justificam. Ressalvamos, porém, que a generalidade dos estudos citados centrou as suas observações em realidades bem distintas, como foram o caso de países como a Alemanha, Reino Unido ou Espanha, o que poderá, por si só, justificar eventuais diferenças de resultados.

Ainda que, genericamente, todos os estudos citados no nosso trabalho tenham concluído pela existência de variações significativas, quer em rubricas das DF quer ao nível dos rácios financeiros, não há sintonia quanto às rubricas identificadas. Hung e Subramanyam (2004) concluíram, em concordância com os resultados do nosso trabalho, pela existência de um impacto significativo nas rubricas do balanço, designadamente ao nível dos activos totais e dos capitais próprios, ainda que não tenham identificado o sentido das variações ocorridas nessas rubricas. Por sua vez, Horton e Serafeim (2008), Gastón *et al.* (2010) e Callao *et al.* (2007) não só identificaram um impacto significativo na posição económica e financeira das empresas que estudaram como procuraram apresentar os ajustamentos que conduziram a essas variações. Identificaram, em concordância com os nossos resultados, que os ajustamentos se encontram relacionados com benefícios dos empregados,

instrumentos financeiros e impostos diferidos. Corroboram também os nossos resultados as conclusões apresentadas por Callao *et al.* (2007) que, para além de identificarem variações nas rubricas das DF apontam para alterações ao nível dos rácios financeiros, com destaque para as produzidas no rácio de liquidez.

As fontes empíricas que se conhecem sobre a realidade portuguesa, de que se citam os trabalhos de Costa (2008), Lopes e Viana (2008), Silva *et al.* (2008) e Araújo (2010), apresentam resultados não inteiramente concordantes com os nossos. Todos eles apontam para a existência de impactos significativos nas rubricas de capital próprio e resultado líquido enquanto os resultados do nosso estudo não nos permitem afirmar que a variável resultado líquido tenha sofrido um impacto estatisticamente significativo com a transição. Estes trabalhos, à semelhança do nosso, procuraram também identificar os ajustamentos capazes de justificar as variações produzidas e de que se destacam, por serem coincidentes com os nossos, os relacionados com investimentos financeiros, o reconhecimento de activos intangíveis, benefícios dos empregados e impostos diferidos.

## CONCLUSÃO

O longo e difícil caminho trilhado no decurso das últimas décadas pela U.E. com o objectivo de eliminar a diversidade de sistemas contabilísticos existentes no seu seio viria a encontrar resposta adequada com a publicação do Regulamento 1606/2002, que determinou que as empresas cotadas passassem a utilizar na preparação das suas DF consolidadas, com carácter de obrigatoriedade e com efeitos a partir de 01/01/2005, o referencial IAS/IFRS e para as DF individuais destas e das demais entidades diferentes soluções de compromisso a gerir por cada Estado-membro. Em resposta, a CNC faz aprovar em Portugal o SNC, sistema que se apresenta com uma estrutura que pressupõe uma aplicação vertical, ou seja, como um sistema que não trata de igual forma o que à partida é diferente e com diferentes necessidades em termos de informação financeira. Recorde-se, neste particular, e porque não é de todo alheio às conclusões que a realização do nosso trabalho nos permitiu extrair, que o normativo contabilístico em Portugal se enquadra, desde uma perspectiva histórica, na designada “corrente legalista ou continental”, caracterizada pelo domínio de códigos legais, onde as normas se apresentam sob a forma de leis nacionais, altamente prescritivas e detalhadas e cujos critérios, seja de reconhecimento seja de mensuração, em particular estes últimos, tendem a ser conservadores e muito centrados na observância das exigências dos diferentes departamentos governamentais, em particular a Administração Fiscal. O tecido empresarial é maioritariamente dominado por entidades de pequeno porte, o que justifica a reduzida dimensão do mercado de capitais e, consequentemente, da nossa amostra.

As opções vertidas no artigo 5º do Regulamento 1606 permitiram, de entre outras, que as empresas cotadas apenas se vissem obrigadas a utilizar o referencial normativo internacional (IAS/IFRS) na preparação das suas DF individuais a partir de Janeiro de 2010. Neste sentido, o presente trabalho foi realizado com o objectivo genérico de analisar o impacto da adoção pela primeira vez das normas IAS/IFRS nas DF individuais das empresas portuguesas cotadas. Para tanto, foram formuladas duas hipóteses às quais se procurou dar resposta. A primeira para averiguar se a alteração de normativo, do POC/DC para as IAS/IFRS, havia provocado alterações significativas nas DF individuais das empresas cotadas, para o que recorremos a ferramentas estatísticas, mais concretamente ao teste estatístico de Wilcoxon. A segunda para procurar identificar o efeito direto de cada norma nas diferentes rúbricas e rácios e as alterações que, com a mudança, se mostraram mais significativas recorrendo, para tanto, à análise de conteúdo com base na informação constante dos relatórios e contas de cada uma das empresas da amostra.

Os testes de Wilcoxon realizados permitiram identificar, relativamente à primeira questão, alterações estatisticamente significativas em sete das variáveis estudadas, total de activos correntes, activo total, total de capital próprio, total de passivos não correntes, recursos de longo prazo, reservas e resultados transitados e no rácio de liquidez geral. Com base na análise de conteúdo foi-nos possível identificar ajustamentos relacionados, fundamentalmente, com reclassificações e alterações de critérios de reconhecimento justificados por situações não permitidas à luz do POC/DC ou que não observam os requisitos do actual normativo (IAS/IFRS). São exemplo os instrumentos financeiros, activos intangíveis, impostos diferidos, provisões e benefícios dos empregados. Identificámos, também, alterações relativas à apresentação das DF. Assim, e ainda que a nossa realidade (envolvente) seja significativamente diferente da de outros países onde foram desenvolvidos estudos anteriores, concluímos, à semelhança da esmagadora deles, que a transição do normativo POC/DC para o normativo IAS/IFRS teve um impacto significativo em algumas rubricas do balanço e em alguns indicadores financeiros. Foi-nos, também, possível identificar ajustamentos

maioritariamente relacionados com as normas IAS1, IAS39, IAS38, IAS12 e, em menor grau, com as normas IAS 37 e IAS 39.

Numa perspectiva mais analítica, do trabalho realizado permitimo-nos concluir que:

1. Os impactos registados se traduziram numa deterioração da posição patrimonial das empresas da amostra, como consequência da variação negativa observada nas rubricas do activo, capital próprio e passivo e num agravamento da posição financeira derivado da variação negativa observada nos indicadores de recursos de longo prazo e rácio de liquidez geral;
2. As variações significativas identificadas no activo se ficam a dever a ajustamentos produzidos nas variáveis investimentos financeiros, explicada pela mudança de critérios de mensuração impostos pela IAS39, aos ajustamentos na variável total de activo corrente, como consequência da definição de critérios mais apertados na mensuração de dívidas a receber, decorrente da aplicação da IAS 36;
3. As alterações significativas identificadas no capital próprio se devem a ajustamentos directos e efeitos indirectos resultantes de ajustamentos em resultados relacionados com o reconhecimento e mensuração de investimentos financeiros (IAS39), activos intangíveis (IAS38), benefícios dos empregados (IAS19), activos e passivos por impostos diferidos (IAS12) e provisões (IAS37);
4. As variações significativas identificadas no passivo surgem justificadas pelos ajustamentos de transição produzidos na variável provisões, que podem ser explicadas pela necessidade de desreconhecer provisões como consequência dos critérios definidos na IAS 37 e com o reconhecimento de benefícios dos empregados, impostos pela IAS19;
5. As alterações significativas registadas ao nível dos indicadores de recursos de longo prazo e no rácio de liquidez geral se devem à nova reconfiguração, em composição e valor, dos principais agregados do balanço. Não estamos a falar de uma alteração estrutural, na medida em que não se trata de um reforço ou redução de capital, mas de uma nova composição em resultado dos novos critérios de reconhecimento e mensuração que emergem do novo referencial contabilístico; e
6. As alterações ao nível da estrutura de relato decorrem da entrada em vigor da IAS 1. Este norma configura não só uma estrutura de maior flexibilidade, ao deixar de assentar em informação padronizada para permitir que a informação a preparar se ajuste, em complexidade e quantidade, às necessidades de cada tipo de entidade, como mais global, porque deixa de colocar a ênfase numa perspectiva eminentemente financeira para privilegiar, também, a divulgação de informação não financeira.

Contudo, e tal como já tivemos oportunidade de referir, não obstante se ter conseguido obter resposta para as questões formuladas, os resultados alcançados apresentam limitações que nos impedem de fazer generalizações. As principais prendem-se com a reduzida dimensão da amostra, consequência da incipiente dimensão do mercado financeiro português, a sua heterogeneidade, quer ao nível do sector de atividade quer da própria dimensão, bem como ao reduzido volume de informação que disponibilizaram nos seus relatórios e contas sobre o impacto do processo de transição. No sentido de as poder ultrapassar ou, no mínimo, minimizar, sugerimos, como trabalhos futuros, a possibilidade de integrar na amostra as empresas não cotadas de média dimensão que por opção tenham adoptado o referencial internacional (IAS/IFRS).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, E. M. (2010); “Regulamento 1606/2002/CE: Impacto no Processo Normativo do IASB”, *Tese de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Universidade de Aveiro*.
- Alves, P. A. & Moreira, J. A. (2009); “The adoption of the International Financial Reporting Standards in Portugal: Can Expected Cost be reduced?”, *Revista Universo Contábil*, v. 5, n.º 3, pp. 156-164, Jul-Set, Universidade Regional de Blumenau, Brasil.
- Araújo, S. M. A. (2010). “Impacto da aplicação das normas internacionais de contabilidade nas empresas do PSI 20”. *Tese de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa*.
- Armstrong, C. S., Barth, M. E., Jagolinzer, A. D. & Riedl, E. J. (2008); “Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe”, *Harvard Business School, Working Paper, Setptember*.
- Ball, R. (2006); “International Financial Reporting standards (IFRS): pros and cons for investors”, *Accounting and Business Research*.
- Barth, M., Landsman, W. & Lang, M. (2007); “International accounting standards and accounting quality, Working paper, Stanford University and University of North Carolina.

- Borges, A., Rodrigues, A. & Rodrigues, R. (2006); “*Elementos de Contabilidade Geral*”, 23.<sup>a</sup> Edição, Editora Rei dos Livros, Lisboa.
- Callao, S., Jane, J. I. e Laínez, J. A. (2007); “Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting”, *Journal of Accounting, Auditing and Taxation*, Vol. 16, n.º 2, pp. 148-178.
- Choi, F., Frost, C. & Meek, G. (1999); “International Accounting”, *Prentice-Hall, New Jersey*.
- Comissão Europeia:  
— Regulamento CE n.º 1606/2002
- Costa, J. I. P. (2008). “O impacto da adoção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras das empresas cotadas na euronext Lisboa”. Tese de Mestrado, *Repositório Aberto da Faculdade de Economia da Universidade do Porto*.
- Cuijpers, R. & Buijink, W. (2005); “Voluntary adoption of non-local GAAP in the European Union : a study of determinants and consequences”, *The European Accounting Review*, 14, 487-524.
- Ferreira, L.F. (1998); “*European Accounting Guide: Portugal*”, Alexander, D. and Archer, S. Harcourt Brace Professional Publishing, Londres.
- Ferreira, C. & Santos, A.I. (2003); “A Normalização Contabilística e a eficiência do mercado de capitais”, *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão. ISCTE- Escola de Gestão, Volume 2, N.º 4 de Outubro a Dezembro*.
- Fontes, M.A., Rodrigues, L.L. & Craig, R. (2003); “Measuring the Convergence of National Accounting Standards with International Financial Reporting Standards using Association Coefficients: The case of Portugal”, *Twelfth World Business Congress – “Succeeding in a Turbulent Global Marketplace: Changes, developments, Challenges, and Creating Distinct Competencies”*, Vancouver, Canadá, p. 25 a 29.
- Gastón, S., García, C., Jarne, J. & Gadea, J. (2010); “IFRS adoption in Spain and the United Kingdom: Effects on accounting numbers and relevance”, *Elsevier- Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting* 26,304–313.
- Gray, S. J. (1988); “Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally”, *Abacus*, pp. 1-15.
- Haller, A. & Eirle, B. (2003); “Potential Future Developments of Financial Reporting in Germany Against the Background of the IAS-Regulation”, *Workshop Implementing IFRS, EIASM, Bruxelas*.
- Hung, M. & Subramanyam, K. R. (2004); “Financial Statement Effects of Adopting International Accounting Standards: The case of Germany”, *University of Southern California*, Working Paper, pp. 3-11 e 35-37.
- Horton, J. & Serafeim, G. (2008); “Market Reactions and Valuation of IFRS Reconciliation Adjustments: First Evidence from the UK”, *London School of Economics*, Working Paper, pp.3-8, 14-19 e 45-47.
- Imprensa Nacional Casa da Moeda:  
— Decreto-Lei n.º 158/2009 (2009), de 13 de Julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).
- Lopes, P. T. & Viana, R. C. (2008); “The Transition To IFRS: Disclosures by Portuguese Listed Companies”, *Faculdade de Economia do Porto*, Working Paper.
- Morais, A.I., & Lourenço, I.M. (2005); “ Normas Internacionais de Contabilidade – que implicações na apresentação das demonstrações financeiras?”, *Jornal de Contabilidade n.º 342, Setembro*.
- Pereira, A.A.C., Gomes, D.R.R., Oliveira, L.C & Rego, N. (2001); “Portugal e o Processo de Harmonização Contabilística Internacional - Evidência Empírica”, *XI Congresso AECA - “Empresa, Euro y Nueva Economía”*, Braga.
- Pires, A. M. M. & Rodrigues, F. J. P. A. (2012); “O efeito da aplicação do SNC no capital próprio: Evidência em 50 empresas não cotadas e sujeitas a Revisão Legal de Contas”, *XXII Jornadas Hispano Lusas de Gestão Científica*, Fevereiro, Vila Real, Portugal.
- Rodrigues, L.L. & Guerreiro, M. A. S. (2004); “*A convergência de Portugal com as Normas Internacionais de Contabilidade*”, Publisher Team, Lisboa.
- Rodrigues, L.L., Fontes, M.A. & Oliveira, P. (2003); “Measurement of Formal Accounting Harmonization: The Portuguese Accounting System Towards the International Accounting Harmonization”, *26th Annual Congress, European Accounting Association, p. 1 a 4, Abril, Sevilha, Espanha*.
- Rodrigues, J. (2003); “*Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro*”, Áreas Editora, Lisboa.
- Silva, F. J. F., Couto, G. M. M. & Cordeiro, R. M. (2009); “Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) to financial information of Portuguese companies”, *Revista Universo Contábil*, v. 5, n.º 1, pp. 129-144, Jan- Março, Universidade Regional Blumenau, Brasil.

- Stenka, I. Ormrod, P. & Chan, A. (2008); “Accounting for Business Combinations – The consequences of IFRS adoption for UK Listed Companies”, *Keele University and University of Liverpool*, Working Paper, pp. 1-5 e 21-22.
- Tua, P. (2000); “Hacia el Triunfo Definitivo de las Normas Internacionales de Contabilidad?”, *VIII Congresso de Contabilidade e Auditoria, Aveiro*.